

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (Companhia aberta)

Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	20
Balanços patrimoniais	24
Demonstrações do resultado	25
Demonstrações do resultado abrangente	26
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	27
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	28
Demonstrações do valor adicionado	29
Notas explicativas às demonstrações financeiras	30

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos Acionistas

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia, juntamente com as Demonstrações Financeiras, relativos ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2023, acompanhados do relatório dos auditores independentes.

1.2 Apresentação

A Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A., “CCR ViaSul” ou “Companhia” ou “Concessionária”, tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-101, BR-290, BR-386, e BR-448 no estado do Rio Grande do Sul, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), totalizando 473,4 quilômetros, nos termos do contrato de concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do leilão objeto do edital de concessão n.º 01/2018 (“contrato de concessão”). O Sistema Rodoviário está inserido no Estado do Rio Grande do Sul passando por 36 cidades: Osório, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha, Gravataí, Cachoeirinha, Porto Alegre, Esteio, Carazinho, Santo Antônio do Planalto, Victor Graeff, Tio Hugo, Mormaço, Soledade, Fontoura Xavier, São José do Herval, Pouso Novo, Marques de Souza, Forquetinha, Lajeado, Estrela, Bom Retiro do Sul, Fazenda Vila Nova, Paverama, Taquari, Tabaí, Triunfo, Montenegro, Nova Santa Rita, Canoas, Sapucaia do Sul, Torres, Dom Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Terra de Areia e Maquiné.

O contrato de concessão foi assinado em 11 de janeiro de 2019 e tem duração de 30 anos contados a partir da assunção da rodovia, que teve início em 15 de fevereiro de 2019.

A Companhia de Participações em Concessões (CPC, empresa do Grupo CCR) foi a vencedora do leilão cujo critério de julgamento foi o maior desconto ofertado para a tarifa básica de pedágio, respeitando-se a tarifa teto de R\$ 7,24 referenciada a julho de 2018, cujo lance apresentado na proposta econômica foi de R\$ 4,30545 (deságio de 40,53%).

As rodovias administradas pela Companhia são de fundamental importância para o processo de desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul.

1.3 Destaques de 2023

O EBITDA em 2023 cresceu 11% em relação a 2022, totalizando R\$ 280.018. Esse crescimento é explicado pelo aumento da receita de pedágio devido principalmente ao reequilíbrio contratual referente as perdas com a pandemia da Covid-19 através do mecanismo contratual denominado de Fator C, aplicável quando verificada a ampliação ou redução de receitas de pedágio ou extraordinárias ou a não utilização das verbas da Companhia que constam no Contrato 001/2019.

A principal obra da Companhia é a duplicação da BR-386/RS iniciada em 2021 e, até o ano 18º da concessão será concluída a duplicação de 165 quilômetros entre os municípios de Carazinho/RS e Canoas/RS, abrangendo um dos mais importantes corredores da produção do Rio Grande do Sul. Em 2023 foram entregues 5,4km de duplicação e

6,9 km de vias marginais e foram iniciadas as obras de duplicação do trecho de 25,6km entre os municípios de Soledade/RS e Fontoura Xavier/RS, (km 243+600 ao km 269+200), com previsão de conclusão em fevereiro de 2025.

Em 2023 foram entregues as obras de reforço e alargamento de 5 obras de artes especiais- OAEs (Mampituba e Sanga Funda na BR-101, Canal DNOS II Leste e Oeste na BR-290 e Arroio Concórdia na BR-386), e 1 interconexão tipo Parclo no km 98 da BR-290, além das passarelas nos kms 20+000, km 22+500 e km 85+500 da BR-101 e no km 94+900 da BR-290.

Estão em andamento as obras de implantação de 4 interconexões na BR-386 (Trombeta no km 354, Trevo completo no km 392, e Parclos nos kms 427 e 441), 08 interconexões ao longo da BR-101, 2 acessos no km 3+800 e km 4+100, 4 retornos nos kms 6+850, 9+570, 19+360, e km 31+800, Diamante no km 39+720 e Parclo no km 69+600. Além disso, estão em execução 3 passarelas na BR-290 (km 69+350, km 71+000 e km 98+100), 3 passarelas na BR-386 (km 385+100, km 386+550 e km 436+000), e 7 obras de reforço e alargamento de OAEs na BR-290 (km 74 L/O, km 76 L/O, km 84 O e km 88L/O).

Adicionalmente, a Companhia continua a executar obras de restauração de pavimento nas 4 rodovias por ela administrada, inclusive em pavimento de concreto nas BR-101/RS e BR-290/RS, conforme obrigações detalhadas no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1 Desempenhos

Em 2023 a Companhia obteve um aumento no resultado de 4,67% no lucro líquido em relação a 2022, devido principalmente pelo aumento da receita decorrente da retomada da atividade econômica pós pandemia do covid-19.

Em R\$ mil	2023	2022	Δ%
Receita líquida	1.003.021	862.254	16,33%
Receita de pedágio	547.683	470.194	16,48%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	502.608	432.620	16,18%
Outras receitas	251	255	-1,57%
(-) Deduções da receita bruta	(47.521)	(40.815)	16,43%
(-) Custos e despesas (a)	(762.051)	(639.329)	19,20%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(502.608)	(432.620)	16,18%
Demais custos e despesas	(259.443)	(206.709)	25,51%
Resultado antes Resultado Financeiro	240.970	222.925	8,09%
(+/-) Resultado financeiro líquido	(10.932)	18.655	-158,60%
(-) Imposto de renda e contribuição social	(50.791)	(53.550)	-5,15%
Lucro líquido	179.247	188.030	-4,67%
(-) Resultado financeiro líquido	10.932	(18.655)	-158,60%
(+) Imposto de renda e contribuição social	50.791	53.550	-5,15%
EBIT (b)	240.970	222.925	8,09%
Margem EBIT	24,0%	25,9%	-7,08%
(+) Provisão de manutenção	33.628	8.970	274,89%
EBIT Ajustado	274.598	231.895	18,41%
Margem EBIT ajustada (c)	54,9%	54,0%	1,67%
(+) Depreciação/amortização	39.048	29.277	33,37%
EBITDA (b)	280.018	252.202	11,03%
Margem EBITDA	27,9%	29,2%	-4,55%
EBITDA ajustado	313.646	261.172	20,09%

Margem EBITDA ajustada (d)	62,7%	60,8%	3,11%
Dívida líquida s/Ebitda	2,45	-	100,00%
Investimentos (e)	(493.120)	(433.858)	44,87%
Veículos equivalentes (em milhares)	97.141	92.375	5,16%

- (a) Custos totais: custos dos serviços prestados acrescidos das despesas gerais e administrativas;
(b) Calculados de acordo com a Instrução CVM n.º 156/2022
(c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas receitas líquidas excluindo-se a receita de construção.
(d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção.
(e) Os valores dos investimentos correspondem ao desembolso de caixa para o período ocorrido em 2023.

2.1.1 Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela Companhia são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A tarifa vigente, para o período de 7 de abril de 2023 a 14 de fevereiro de 2024 é de R\$ 5,80, conforme deliberação n.º 99 de 03 de abril de 2023.

Em 2023, o total de veículos pedagiados foi de 55.601.591 ou 97.140.993 em veículos equivalentes bidirecionais nas 7 praças de pedágio, crescimento de 5,2% em relação a 2022.

Em Unidades	2023	2022	Δ%
Veículos leves	42.722.963	39.685.213	7,7%
Veículos pesados (Veq ¹)	54.418.030	52.690.265	3,3%
Total Veículos Equivalentes (Veq1)	97.140.993	92.375.478	5,2%

A receita operacional da Companhia em 2023, considerando a receita de pedágio, receita acessória e receita de construção, totalizou R\$ 1.050.542.

Valores em R\$ Mil	2023	2022	Δ%
Receita de pedágio	547.683	470.194	16,5%
Receita de construção	502.608	432.620	16,2%
Receitas acessórias	251	255	-1,6%
Receita Bruta Total	1.050.542	903.069	16,3%

Receita operacional: A receita de pedágio em 2023 totalizou R\$ 547.683, um crescimento de 16,5% em relação a 2022, incremento devido ao aumento no tráfego de 5,2%, decorrente da retomada da atividade econômica após pandemia do Covid-19, e pelo reajuste da tarifa básica de pedágio ocorrido em março de 2023, que passou de R\$ 5,20 para R\$ 5,80.

Receita de construção: No ano 2023 os investimentos com obras de ampliação foram maiores em 16,2% que o ano anterior conforme cronograma do Plano de exploração da Rodovia, estabelecidos no contrato de concessão, descritos no item 2.1.3 Investimentos.

2.1.2 Custos e despesas totais

Os custos totais em 2023 foram de R\$ 762.051 dos quais R\$ 259.443 são custos operacionais e R\$ 502.608 são custos de construção.

Valores em R\$ Mil	2023	2022	Δ%
Custo de construção	(502.608)	(432.620)	16,2%
Custos e despesas com pessoal	(69.106)	(59.828)	15,5%
Materiais, equipamentos e veículos	(17.677)	(17.171)	2,9%

Serviços de terceiros	(60.824)	(55.647)	9,3%
Custos contratuais	(18.720)	(17.519)	6,9%
Provisão de manutenção	(33.628)	(8.970)	274,9%
Depreciação e amortização	(39.048)	(29.277)	33,4%
Outros custos operacionais	(20.440)	(18.297)	11,7%
Total Custos e Despesas	(762.051)	(639.329)	19,2%

Custo de construção: No ano 2023 os investimentos com obras de ampliação foram maiores em 16,2% que o ano anterior conforme cronograma do Plano de Exploração da Rodovia, estabelecidos no contrato de concessão, descritos no item 2.1.3 Investimentos.

Custo e despesas com pessoal: No ano 2023, a companhia conta com 821 colaboradores, o custo de pessoal é maior em 15,5% devido ao reajuste anual dos salários e dos benefícios, e aumento de despesas administrativas pelo repasse de custos do CSC – Centro de Serviços Compartilhados.

Materiais, equipamentos e veículos: Em 2023 a Companhia implantou o sistema de monitoramento do tráfego por câmeras, reduzindo o monitoramento por veículos operacionais resultando na redução de 10% nos custos de combustível.

Serviços de terceiros: Aumento de 9,3% na manutenção dos equipamentos e sistemas da rodovia, principalmente rede de comunicação viária, manutenção dos radares implantados em 2023, na balança ou posto de pesagem veicular e manutenção no centro de controle operacional – CCO.

Custos contratuais: São obrigações estabelecidas no contrato de concessão: a verba de fiscalização paga à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) reajustada anualmente pelo IPCA, e seguros patrimonial (*all risks*) e seguro de responsabilidade civil e garantia.

Provisão de manutenção: Os custos de manutenção são decorrentes do pavimento provisionados em ciclos de 4 a 4 anos, proporcional ao crescimento do tráfego projetado para o mesmo período. Até 31 de dezembro de 2021 essa provisão considerava o ciclo de manutenção a cada 8 anos, e em 2022 foi registrado uma reversão de provisão.

Depreciação e amortização: Aumento de depreciação e amortização em 2023 devido as finalizações de obras e investimentos, detalhadas no item 2.1.2 Investimentos.

Outros custos operacionais: O aumento de 11,7% é principalmente despesas gerais administrativas decorrente dos repasses de custos do CSC – Centro de Serviços Compartilhados.

2.1.3 Investimentos

Em 2023, os investimentos realizados totalizaram R\$ 527.927, um aumento de 15,8% em relação a 2022. Destacamos a finalização das obras de reforço e alargamento de cinco obras de artes especiais- OAEs (Mampituba e Sanga Funda na BR-101, Canal DNOS II Leste e Oeste na BR-290 e Arroio Concórdia na BR-386), uma interconexão tipo Parclo no km 98 da BR-290, das passarelas nos kms 20+000, km 22+500 e km 85+500 da BR-101 e no km 94+900 da BR-290 além da obra de duplicação e obras de vias marginais da BR386 concluídas 5,4 Km em andamento.

Estão em andamento as obras de implantação de 4 interconexões na BR-386 (Trombeta no km 354, Trevo completo no km 392, e Parclos nos kms 427 e 441), 08 interconexões ao longo da BR-101, 2 Acessos no km 3+800 e km 4+100, 4 retornos nos kms 6+850, 9+570, 19+360, e km 31+800, Diamante no km 39+720 e Parclo no km 69+600. Além disso, estão em execução 3 passarelas na BR-290 (km 69+350, km 71+000 e km 98+100), 3 passarelas na BR-386 (km 385+100, km 386+550 e km 436+000), e 7 obras de reforço e alargamento de OAEs na BR-290 (km 74 L/O, km 76 L/O, km 84 O e km 88L/O).

Investimentos	2023	2022
Praças de pedágio/bases/SAU/PPV	953	5.793
Serviços no pavimento	179.021	88.503
Sinalização e elementos de proteção e segurança	76.049	61.002
Obras de arte especiais	40.541	9.988
Drenagem e obra de arte corrente	1.221	3.164
Obras de ampliação de capacidade	3.003	392
Obras de implantação de vias, interseção e outros	199.837	255.125
Sistemas e outros imobilizados	27.302	31.994
Total ⁽¹⁾	527.927	455.961

⁽¹⁾ Os investimentos descritos acima, classificados no balanço como imobilizado, intangível e infraestrutura em construção, correspondem aos valores contábeis, ou seja, registrados no momento de competência de cada período.

2.1.4 Captações de Recursos

Em dezembro de 2019, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 1.235.198 com remuneração de IPCA + 4,60% a serem liberados em quatro subcréditos até 2032, a fim de viabilizar os investimentos de ampliação e obras de melhorias nas rodovias administradas pela Companhia e, aquisições de equipamentos para operação. Em setembro de 2022, a Companhia captou o montante de R\$ 172.000, e em fevereiro de 2023, o montante de R\$ 50.000, totalizando o valor bruto de R\$222.000 ou R\$206.282 líquido de custo de transação referentes ao IOF e a estruturação da dívida.

Em setembro de 2023, a companhia contratou uma dívida suplementar junto ao BNDES para viabilizar a continuidade nas obras de ampliação da capacidade de tráfego no total de R\$1.450.000 sendo R\$900.000 subscrição de debênture, coordenada pelo BNDES remuneradas com o IPCA + 6,7% liquidadas em 03 de outubro de 2023; R\$300.000 Finem com remuneração de IPCA + 7,78% e R\$ 250.000 de backstop remunerados a IPCA + 9,27%, esse tipo de financiamento fica disponível em caráter facultativo e funciona como um incentivo para que a Concessionária busque alternativas no mercado.

2.1.5 Valor Adicionado

O valor adicionado líquido a distribuir gerado como riqueza pela Companhia em 2023 foi de R\$ 402.612 e em 2022 foi de R\$ 355.065, representando 40,1% e 41,2% da receita operacional líquida, respectivamente.

2.1.6 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Os dividendos ainda seguem as determinações da Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76).

Em 23 de outubro, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração (RCA), foram distribuídos dividendos intermediários no valor de R\$ 51.371 referente aos lucros apurados entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2023. Na mesma data foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 17.908 referente ao resultado *pro rata die* de movimentações ocorridas até 30 de setembro de 2022, ambos os pagamentos ocorreram em 27 de outubro de 2023. Em 19 de dezembro, conforme aprovado em RCA, foi aprovado o destaque de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 75.865 calculado sobre o patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2022 acrescida ou reduzida de movimentações ocorridas em 2023, exceto quanto ao lucro do próprio exercício. O pagamento aos acionistas ocorrerá conforme vier a ser oportunamente deliberado.

2.1.7 Planejamento Empresarial

A Companhia acredita no potencial da região em que está inserida, caracterizada como uma das áreas economicamente mais relevantes do Brasil, sendo que sua riqueza é baseada em diversos setores da economia, como indústria automotiva, agropecuária e construção civil.

O planejamento empresarial tem se mostrado eficaz ao mapear os objetivos estratégicos e permitir a adaptabilidade e resiliência no enfrentamento de diversos desafios impostos pelas incertezas da pandemia do Covid-19, e na execução das tarefas que levam ao cumprimento dos resultados pactuados com os acionistas da Companhia.

Utilizando a criatividade para superar as restrições impostas pela pandemia encontramos novas soluções que são tão eficientes quanto as práticas anteriores, permitindo um maior domínio de todo o processo de gestão empresarial, lapidando os processos e garantindo os resultados diante das adversidades.

2.1.8 Gestão pela Qualidade Total

Com o compromisso de buscar a melhoria contínua de todos os seus processos, a Companhia realizou em 2023 a Auditoria de Recertificação das certificações ISO 9.001 – Gestão da Qualidade, 14.001 – Gestão de Meio Ambiente e 39.001 – Gestão de Segurança Viária.

2.1.9 Recursos Humanos

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 821 pessoas de forma direta, das quais, 342 pessoas foram contratadas em 2023.

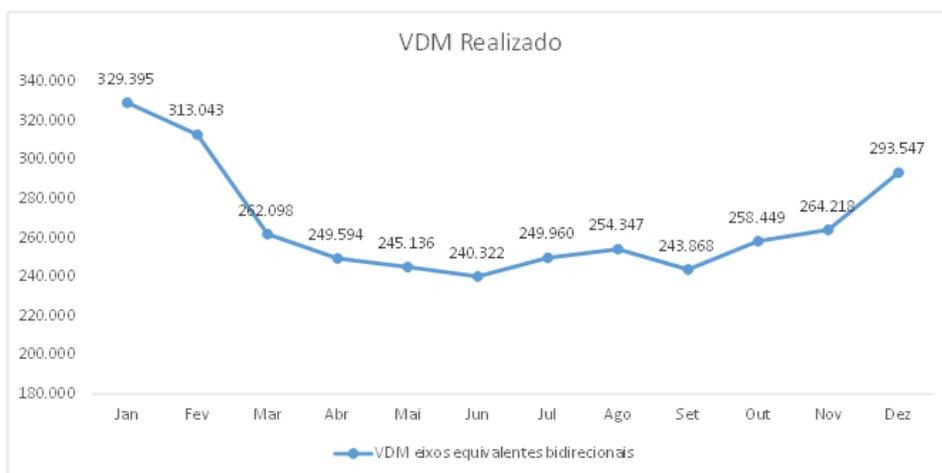
3. Indicadores Operacionais

3.1 Caracterização do Tráfego

3.1.1 Volume

No gráfico a seguir, é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente mensal (VDM), que totalizou um Volume Diário Médio Equivalente Ano (VDMA) de 266.871.

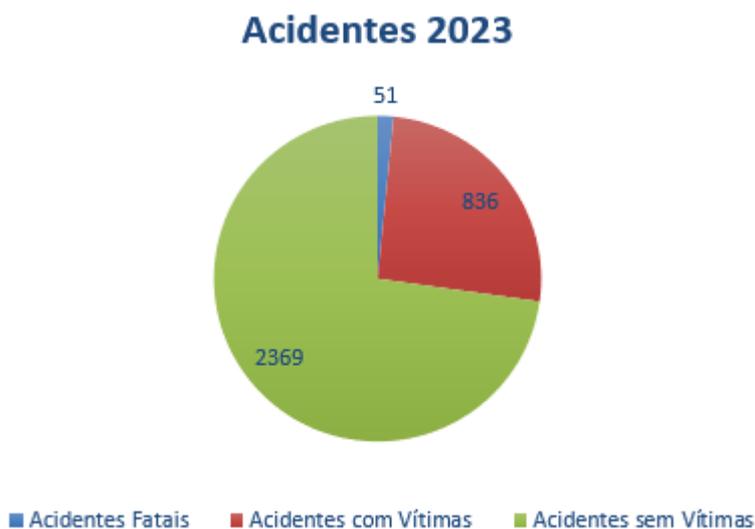
Varição mensal do volume no ano base:



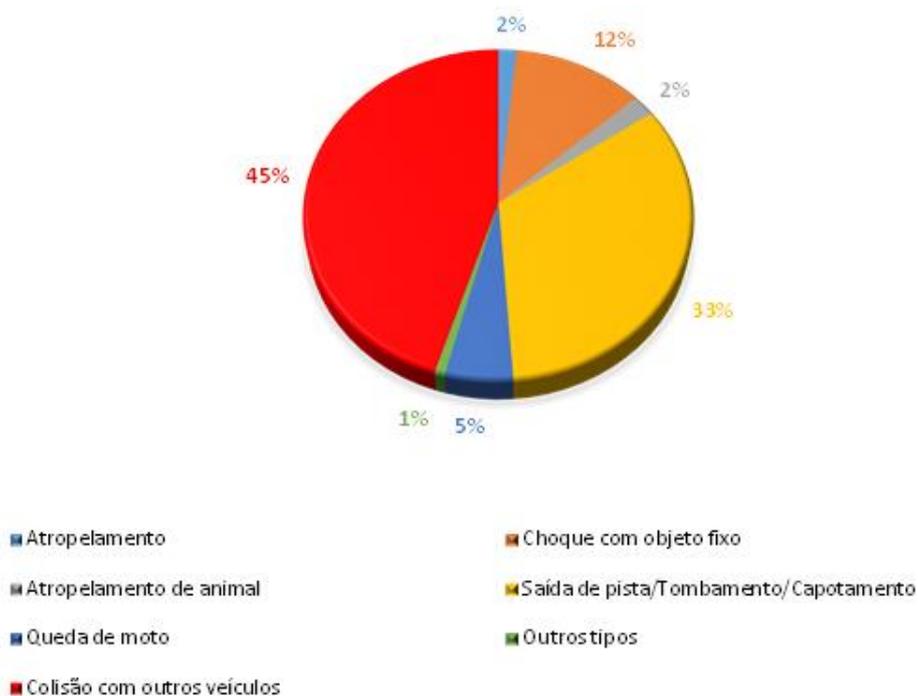
3.2 Segurança no Trânsito

3.2.1 Acidentes

Os gráficos apresentam as estatísticas dos acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no período em 2023. Percentual de acidentes por gravidade em 2023

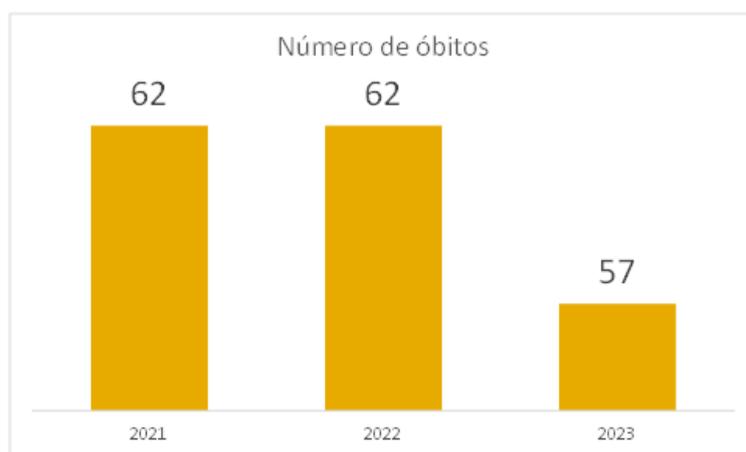


Percentual de acidentes por tipo em 2023



O gráfico demonstra o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

O número de mortos em 2023 quando comparado a 2022, reduziu 8%.



3.3 Dados de Operação da Concessão

3.3.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados, a quantidade de veículos é dividida pela extensão (473,4 km) da via sob concessão e o resultado é multiplicado por 100.

Tipos de veículos alocados na concessão

TIPO DE VEÍCULO	Quantidade	Qtde/ 100km
Viatura de inspeção	11	3
Guincho leve	13	3
Guincho pesado	4	1
Ambulância Tipo C	10	2
Ambulância Tipo D	4	1
Supervisão	3	1
Pipa	3	1
Munck	2	0
Caminhão boiadeiro	3	1
Cesto aéreo	1	0
Total de veículos operacionais	54	13
Administração	39	8
Pedágio	1	0
Segurança de trabalho	1	0
Manutenção	12	3
Faixa de domínio	0	0
Total de veículos de apoio	53	11
Total	107	24

No exercício de 2023, foram registrados 105.192 atendimentos ao usuário por meio do Sistema de Atendimento ao Usuário (disque CCR ViaSul), um aumento de 8% quando comparado a 2022.

3.3.2 Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários diretos alocados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados, é acrescida uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida e o resultado é multiplicado por 10.000.

Tipo de funcionários alocados na concessão

FUNCIONÁRIOS	Qtd	Qtd/VDMA x 10.000
Gerente de comunicação	1	0,04
Gerente operações + coordenador operações	3	0,11
Gerente planejamento e controle	1	0,04
Gerente SGI	1	0,04
Gerente executivo contrato de concessão		-
Conservação de rotina	13	0,49
CCO	37	1,39
Engenharia	68	2,55
Tecnologia e manutenção	32	1,20
Administrativo (+ auxiliar serviços gerais)	87	3,26
Tráfego	107	4,01
Arrecadação	429	16,08
Pesagem	42	1,57
Total Geral	821	30,78

3.4 Aspectos Financeiros

Os demonstrativos financeiros anexos ao relatório dos nossos auditores, apresentam o desempenho financeiro da Companhia do último exercício comparado com o exercício anterior.

Nos aspectos financeiros, apresentaremos os principais itens das demonstrações financeiras do exercício atual, em 2023, e o acumulado desde o início da concessão em 15 de fevereiro de 2019.

3.4.1 Receita

O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados.

3.4.2 Investimentos

	Em 2023	Acumulado
Receitas de pedágio	547.683	1.962.294
Receitas acessórias	251	823
Total de receitas	547.934	1.963.117

As tabelas a seguir demonstram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

	Em 2023	Acumulado
Adição do intangível	504.794	1.751.505
Aquisição de imobilizado	23.133	148.099
Total dos investimentos (líquidos amortização/depreciação)	527.927	1.899.604

3.4.3 Custos e Despesas Operacionais

	Em 2023	Acumulado
Custos Operacionais, exceto Custo de Construção	202.077	666.451
Despesas Operacionais	58.270	179.849
Total Custos e Despesas Operacionais	260.100	846.053

3.4.4 ISS pagos

A tabela mostra o valor total dos ISS pagos para as prefeituras no ano base.

	Em 2023	Acumulado
Pedágio	27.384	97.890
Acessória	-	14
ISS Total	27.384	97.904

3.4.5 Tarifas

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio em R\$ 5,80 em todas as praças, conforme tabela abaixo:

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de veículos												
		AUTO	4S	3S	2D	3D	4D	5D	6D	7D	8D	9D	10D	MOTO
Três Cachoeiras	5,80	5,80	11,60	8,70	11,60	17,40	23,20	29,00	34,80	40,60	46,40	52,20	58,00	2,90
Santo Antônio da Patrulha	5,80	5,80	11,60	8,70	11,60	17,40	23,20	29,00	34,80	40,60	46,40	52,20	58,00	2,90
Gravataí	5,80	5,80	11,60	8,70	11,60	17,40	23,20	29,00	34,80	40,60	46,40	52,20	58,00	2,90
Montenegro	5,80	5,80	11,60	8,70	11,60	17,40	23,20	29,00	34,80	40,60	46,40	52,20	58,00	2,90
Paverama	5,80	5,80	11,60	8,70	11,60	17,40	23,20	29,00	34,80	40,60	46,40	52,20	58,00	2,90
Fontoura Xavier	5,80	5,80	11,60	8,70	11,60	17,40	23,20	29,00	34,80	40,60	46,40	52,20	58,00	2,90
Vitor Graef	5,80	5,80	11,60	8,70	11,60	17,40	23,20	29,00	34,80	40,60	46,40	52,20	58,00	2,90

3.4.6 Companhia em números

Dados anuais	VIASUL	Unidade de medida ou comentário
Extensão da rodovia	473,4	Quilômetros
Número de veículos que transitaram	55.601.591	
Veículos leves	42.075.184	(Leve, mais de dois eixos, mais de três eixos)
Veículos isentos	758.540	
Número de praças de pedágios	7	
Tarifa	5,80	Informação detalhada no item 3.4.5
Número de quilômetros mantidos	473,4	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos

Trânsito Médio Diário Equivalente	266.871	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Equipamentos utilizados pelo concessionário	101	Informação detalhada no item 3.3.1
Índices de qualidade de estrada	VRD >= 45 para BR-290/RS	Microtextura (Valor de Resistência à Derrapagem)
	VDR >= 47 para BR-101/386/448/SC	
	HS > 0,50	Macrotextura (Profundidade Média de Areia)
Receita de pedágio	547.561	Expresso em milhares de reais

Fator Capital

Despesas de Depreciação	39.048	As taxas de depreciação/amortização estão detalhadas nas notas explicativas 10 e 11, respectivamente.
Caixa e equivalentes de caixa	766.753	Incluídas as Aplicações financeiras
Ativo Bruto	2.755.306	
Série Histórica dos Investimentos	1.902.119	Em unidades monetárias
Custo de Oportunidade do Capital	8,47 % a.a.	WACC Regulatório

Fator Trabalho

Número de Trabalhadores	792	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	697	
Administrativo	95	
Despesas de Pessoal	69.106	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	44.611	
Administrativo	24.495	

Fatores Intermediários

Despesas em Administração	49.548	Em valores monetários, exceto, despesas com pessoal e depreciação
Despesas em Manutenção	14.087	
Outras Despesas	3.572	

Seguridade

Quantidade de Acidentes	3.256	
Acidentes c/ vítimas feridas	836	
Acidentes s/ vítimas	2.369	
Acidentes c/ mortos	51	
Vítimas feridas	1.201	
Mortos	57	

Indicadores

Receita por veículo	R\$ 5,80	Considera receitas operacionais, exceto receita de construção.
Custo por veículo	R\$ 2,68	Considera custos e despesas operacionais, exceto custo de construção.

Balanço social

	2023	2022
Faturamento bruto	1.050.542	903.069
Receita líquida (RL)	1.003.021	862.254
Resultado operacional (RO)	240.970	222.925
Folha de pagamento bruta (FPB)	69.106	59.828
Folha de pagamento bruta - total remunerações		

Indicadores sociais internos

	2023	% Sobre FPB - 2023	% sobre RL - 2023
Alimentação	4.900	7,09%	0,49%
Encargos sociais	18.519	26,80%	1,85%
Previdência Privada	203	0,29%	0,02%
Saude	3.662	5,30%	0,37%
Capacitação e desenvolvimento profissional	248	0,36%	0,02%
Creches ou auxílio creches	357	0,52%	0,04%
Participação dos lucros ou resultados	9.014	13,04%	0,90%
Outros	5.916	8,56%	0,59%
Total - Indicadores Sociais Internos	42.819	71,57%	4,97%

Indicadores sociais externos

	2023	% Sobre FPB - 2023	3
Tributos (exceto encargos sociais)	107.300	155,27%	10,70%
Total - Indicadores sociais externos	107.300	179,35%	12,44%

Indicadores ambientais

	2023	2022
Investimentos relacionados com a operação da Concessionária:	100	120
Investimentos em programas, relacionados as obras e/ou projetos externos	10.964	2.787
Total de investimentos em meio ambiente	11.064	2.907

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:

- () Não possui metas
 () Cumpre de 0 a 50%
 () Cumpre de 50 a 75%
 (x) Cumpre de 75 a 100%

Indicadores do corpo funcional	2023	2022
N.º de colaboradores ao final do período	821	822
Tempo de serviço		
até seis meses	31%	31%
de seis meses a um ano	11%	17%
entre um e dois anos	23%	18%
entre dois e cinco anos	34%	33%
mais de cinco anos	1%	2%
N.º de admissões durante o período	342	395
N.º de demissões durante o período	466	444
N.º de colaboradores terceirizados	1.583	2.140
N.º de estagiários (as)	3	3
N.º de colaboradores com até 18 anos	7	2
N.º de colaboradores entre 18 e 25 anos	223	245
N.º de colaboradores entre 25 e 45 anos	460	469
N.º de colaboradores acima de 45 anos	131	106
N.º de mulheres que trabalham na Concessionária	467	479
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	1%	1%
Remuneração paga a mulheres no período	863	853
N.º de negros (as) que trabalham na Concessionária	52	57
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%	0%
N.º de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	3	1
Total de horas extras trabalhadas	10.577	3.406
Total de INSS pagos	10.088	7.801
Total de FGTS pago	2.858	2.175
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IR recolhido no período	43.338	39.669
Total de CSLL recolhido no período	16.564	15.065
Total de PIS recolhidos no período	3.564	3.070
Total de COFINS recolhidos no período	16.450	14.170
Total de outros tributos recolhidos no período	27.384	23.460

Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023	2022
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	2,4%	1,2%
Número total de acidentes de trabalho	15	16
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerencias <input type="checkbox"/> todos os colaboradores	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerencias <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input type="checkbox"/> todos + QIPA	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT	
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerencias <input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores	
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerencias <input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores	
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos <input type="checkbox"/> não se envolve	
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	<input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	
% de reclamações e críticas solucionadas:	100%	100%
Valor adicionado total a distribuir	-39.048	-29.277
Distribuição do Valor Adicionado		
% governo	27%	29%
% acionistas	45%	53%
% colaboradores	15%	15%
% terceiros	14%	4%

4. Demais assuntos

4.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é composto por três membros efetivos, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por dois membros, um Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica.

Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

4.2 ESG

A sustentabilidade é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal ao Grupo CCR, desde o Conselho de Administração até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Integridade. A atuação do Conselho de Administração, por meio do Comitê de Gente e ESG que o assessora, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem a gestão dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, monitorando o cumprimento do Plano Diretor ESG e identificando questões críticas para fins de aprimoramento, análise de riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com *stakeholders*, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos.

Em 2023, seguimos avançando com o desdobramento das ações do Plano Diretor ESG e metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Integramos pela 13ª vez consecutiva a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, conquistamos *rating* AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização, e a aprovação das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa pela Science Based Targets Initiative (SBTi), tornando-se com essa iniciativa, a primeira empresa do setor de infraestrutura no país a firmar este compromisso público de descarbonização. Ainda, somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando a marca de 10 anos consecutivos. O *score* do CDP (Carbon Disclosure Project) 2023, não foi disponibilizado até a data de publicação deste Relatório.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade é decidida de forma colegiada através da diretoria executiva, do comitê de gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR S.A.. A diretoria executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos de responsabilidade social é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento social do Grupo CCR.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no *site* da CCR, no item [Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR](#).

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse:
<http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.3 Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas – ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade;
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável;
- Disclosure Insight Action (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor;
- Global Reporting Initiative (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa;
- Sustainability Accounting Standards Board (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores, de acordo com cada setor;
- Movimento Ambição *Net Zero*: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima.
- Science Based Targets Initiative (SBTi): a iniciativa impulsiona ações climáticas ambiciosas no setor privado, permitindo que as organizações estabeleçam metas de redução de emissões com base científica.

4.4 Instituto CCR

O Instituto CCR é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014, para gerenciar o investimento social do Grupo CCR. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de educação e cultura, mobilidade e cidades sustentáveis e, saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto, a gestão dos projetos incentivados, campanhas, voluntariado e programas proprietários.

Em 2023, 3,2 milhões de pessoas foram impactadas direta e indiretamente, 35 unidades do Grupo CCR beneficiadas, 555 municípios impactados e mais de R\$ 54 milhões investidos em ações sociais, contemplando verba direta e incentivo fiscal.

O Grupo CCR é o principal apoiador da temporada 2023/2024 do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, garantindo a gratuidade das visitas ao local aos sábados. Desde 2022, a CCR é mantenedora do Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. Este apoio, permitiu a retomada das entradas gratuitas às terças-feiras, fazendo com que o Museu atingisse a marca de 300 mil visitantes. Além disso, a Companhia patrocina há sete anos a Flipelô (Festa Literária Internacional do Pelourinho) e a Fundação Casa de Jorge Amado, em Salvador, custeando a entrada gratuita ao centro cultural todas as quartas-feiras. Em 2023, o Grupo CCR se tornou o patrocinador ouro e parceiro oficial de mobilidade da Flip (Festa Literária Internacional de Paraty), transportando escritores e comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas ao festival, além de promover uma programação gratuita sobre brasilidade, empoderamento feminino e combate às mudanças climáticas.

O Grupo CCR se tornou um dos principais patrocinadores do Instituto Tomie Ohtake, polo cultural relevante da cidade de São Paulo. Para celebrar a parceria, a Companhia realizou uma exposição em homenagem à artista plástica que dá nome ao centro cultural. A mostra marca o início do projeto Centenários, em que, periodicamente, o Grupo CCR prestará tributo em seus modais a grandes nomes da cultura brasileira com ações para a difusão do seu legado. O Grupo CCR também assinou uma parceria com o Projeto Portinari para promover uma série de ações culturais em homenagem a Candido Portinari, entre outros, um dos mais importantes pintores brasileiros de todos os tempos.

O Caminhos para a Cidadania, programa próprio do Instituto CCR, fechou o ano de 2023 beneficiando mais de 3,9 mil professores em todo o Brasil. Os educadores tiveram acesso à plataforma de cursos da iniciativa, além de materiais de aula e jogos educativos. O programa impactou 232 municípios e 26 estados e o Distrito Federal. O destaque ficou para o Concurso Cultural que selecionou 10 projetos escolares, que receberam recursos em benfeitorias para as escolas.

O programa Caminhos para a Saúde continuou a sua expansão e ao longo do ano, foram realizadas ações em todas as unidades de Rodovias. No total, foram mais de 52 mil atendimentos e mais de 64 mil procedimentos.

Todas as ações contaram com serviços de saúde e bem-estar para a população.

O Instituto CCR realizou diversas ações de voluntariado ao longo de 2023. Foram mais de 1,6 mil colaboradores cadastrados, beneficiando mais de 10 mil pessoas de 48 instituições em 12 estados.

Saiba mais em www.institutoccr.com.br.

4.5 Considerações Finais

4.5.1 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não contrataram seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

4.5.2 Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social.

4.5.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

4.5.4 Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

Porto Alegre, 29 de fevereiro de 2024.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.
Porto Alegre – RS**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão

Veja as Notas 3.7, 3.15 e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 525.811 referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão.</p> <p>Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.</p> <p>A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, conseqüentemente, são reconhecidos como ativos.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos.- Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização.- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 29 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP- 014428/O-6



Marcelo Gavioli

Contador CRC 1SP201409/O-1

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		819.230	237.800
Caixa e equivalentes de caixa	6	447.400	201.608
Aplicações financeiras	6	319.353	222
Contas a receber das operações	7.1	33.262	23.251
Contas a receber de partes relacionadas	9	2.717	2.035
Tributos a recuperar		9.442	7.418
Adiantamentos a fornecedores		478	62
Despesas antecipadas e outros créditos		6.578	3.204
Não circulante		1.936.076	1.383.364
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	6	15.541	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	15.042	5.931
Depósitos judiciais		3.374	1.695
Imobilizado	10	148.099	124.966
Intangível	11	1.015.992	714.661
Infraestrutura em construção	11	735.513	532.050
Direito de uso em arrendamento		2.515	4.061
Total do Ativo		2.755.306	1.621.164
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022
Circulante		280.558	138.255
Debêntures	14	13.187	-
Financiamento	13	1.825	845
Fornecedores	12	124.394	70.905
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	48.005	19.435
Imposto de renda e contribuição social		3.670	6.216
Impostos e contribuições a recolher		11.426	8.700
Obrigações sociais e trabalhistas		10.033	10.682
Obrigações com o Poder Concedente		1.138	1.076
Passivo de arrendamento		1.747	1.788
Juros sobre capital próprio a pagar	9	64.486	17.908
Outras obrigações		647	700
Não circulante		1.180.494	192.245
Debêntures	14	902.737	-
Financiamento	13	216.468	162.823
Fornecedores	12	3.231	5.909
Pis e Cofins diferidos		28	19
Obrigações sociais e trabalhistas		-	838
Provisão de manutenção	16	56.349	19.933
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15.1	602	145
Passivo de arrendamento		1.079	2.578
Patrimônio Líquido	17	1.294.254	1.290.664
Capital social		1.188.456	1.188.456
Reservas de lucros		105.798	53.787
Dividendo adicional proposto		-	48.421
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.755.306	1.621.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstrações de resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais líquidas	18	1.003.021	862.254
Custos dos serviços prestados		(704.685)	(592.595)
Custo de construção		(502.608)	(432.620)
Serviços		(51.816)	(46.586)
Custo com pessoal		(44.611)	(40.671)
Provisão de manutenção	16	(33.628)	(8.970)
Depreciação e amortização		(31.802)	(22.651)
Materiais, equipamentos e veículos		(14.087)	(15.752)
Custo com o Poder Concedente		(13.587)	(12.765)
Outros		(12.546)	(12.580)
Lucro bruto		298.336	269.659
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(57.366)	(46.734)
Despesas com pessoal		(24.495)	(19.157)
Serviços		(9.008)	(9.061)
Depreciação e amortização		(7.246)	(6.626)
Materiais, equipamentos e veículos		(3.590)	(1.419)
Lei Rouanet, Incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(3.852)	(3.726)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(2.113)	(1.373)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(1.939)	(920)
Gastos com viagens e estadias		(656)	(410)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15.1	(457)	(70)
Editais e publicações		(438)	(571)
Outras receitas (despesas) operacionais		(3.572)	(3.401)
Resultado antes do resultado financeiro		240.970	222.925
Resultado financeiro	19	(10.932)	18.655
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		230.038	241.580
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8.1	(50.791)	(53.550)
Lucro líquido do exercício		179.247	188.030
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	17.6	0,15082	0,15821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstrações de resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	179.247	188.030
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	179.247	188.030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2022		1.188.456	20.122	40.021	-	-	1.248.599
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	188.030	188.030
Distribuição de dividendos em 28 de abril de 2022		-	-	(40.021)	-	-	(40.021)
Destinações:							
Reserva legal		-	9.402	-	-	(9.402)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 21 de outubro de 2022		-	-	-	-	(25.698)	(25.698)
Juros sobre capital próprio em 21 de outubro de 2022 (líquido)		-	-	-	-	(50.301)	(50.301)
Juros sobre capital próprio em 21 de outubro de 2022 (IRRF)		-	-	-	-	(8.877)	(8.877)
Juros sobre capital próprio em 12 de dezembro de 2022 (líquido)		-	-	-	-	(17.908)	(17.908)
Juros sobre capital próprio em 12 de dezembro de 2022 (IRRF)		-	-	-	-	(3.160)	(3.160)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	48.421	(48.421)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	24.263	-	(24.263)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.188.456	29.524	24.263	48.421	-	1.290.664
Lucro líquido do exercício	17.6	-	-	-	-	179.247	179.247
Dividendo adicional proposto pago em 23 de outubro de 2023	17.4	-	-	-	(48.421)	-	(48.421)
Destinações:							
Distribuição de dividendos intermediários em 23 de outubro de 2023	17.4	-	-	-	-	(51.370)	(51.370)
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2023 (líquido)	17.5	-	-	-	-	(64.486)	(64.486)
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2023 (IRRF)	17.5	-	-	-	-	(11.380)	(11.380)
Reserva legal	17.2	-	8.962	-	-	(8.962)	-
Reserva de retenção de lucros	17.3	-	-	43.049	-	(43.049)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.188.456	38.486	67.312	-	-	1.294.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		179.247	188.030
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	(9.111)	(1.184)
Depreciação e amortização	10 e 11	37.502	28.724
Baixa do ativo imobilizado	10	336	110
Constituição da provisão de manutenção	16	33.628	8.970
Ajuste a valor presente provisão manutenção	16	2.788	1.408
Juros e variação monetária sobre financiamentos e debêntures	19	43.250	2.676
Capitalização de custo de empréstimos	19	(4.955)	-
Comissão de fianças com partes relacionadas	9 e 19	4.210	521
Depreciação - direito de uso em arrendamento		1.546	553
Constituições líquidas de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15.1	7.530	4.643
Variação cambial fornecedores estrangeiros	19	2	9
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	19	338	143
Resultado de operações com derivativos	19	-	4.039
Rendimento sobre aplicações financeiras	6	(10.341)	(3.531)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	(10.011)	(3.183)
Contas a receber de partes relacionadas	9	(682)	(1.649)
Tributos a recuperar		(2.024)	(2.361)
Adiantamentos a fornecedores		(416)	(62)
Despesas antecipadas e outros créditos		(5.053)	(2.032)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	12	(16.917)	11.450
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	24.360	17.897
Obrigações sociais e trabalhistas		(1.487)	3.115
Impostos e contribuições a recolher		56.643	41.854
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(67.843)	(66.642)
Pis e Cofins diferidos		9	19
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15.1	(7.073)	(4.573)
Obrigações com o Poder Concedente		62	98
Outras obrigações		(53)	629
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		255.485	229.671
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(36.008)	(22.594)
Adições ao ativo intangível	11	(457.112)	(413.644)
Outros de ativo Imobilizado e Intangível	10 e 11	36	2.380
Aplicações financeiras líquidas de resgate	6	(305.471)	144.940
Resgate / aplicações (conta reserva)	6	(18.860)	(169)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(817.415)	(289.087)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Financiamentos e debêntures			
Captações (líquidas de custos de transação)	22.2	938.401	162.597
Pagamento de principal e juros	22.2	(11.102)	(1.605)
Liquidação de operações com derivativos	22.2	-	(4.039)
Arrendamento			
Pagamento de principal e juros	22.2	(1.878)	(395)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos a acionista controladora	22.2	(117.699)	(116.020)
Caixa líquido provenientes nas atividades de financiamento		807.722	40.538
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		245.792	(18.878)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		201.608	220.486
No final do exercício		447.400	201.608
		245.792	(18.878)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstrações do valor adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receitas		1.055.497	903.069
Receitas operacionais	18	1.050.542	903.069
Juros capitalizados		4.955	-
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo de construção		(502.608)	(432.620)
Provisão de manutenção	16	(33.628)	(8.970)
Custos dos serviços prestados		(90.446)	(85.354)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(22.923)	(20.368)
Valor adicionado bruto		405.892	355.757
Depreciação e amortização		(39.048)	(29.277)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		366.844	326.480
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	19	35.768	28.585
Valor adicionado total a distribuir		402.612	355.065
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		40.213	36.972
Benefícios		14.711	11.688
FGTS		2.858	2.175
Outras		1.236	1.192
Tributos			
Federais		81.135	78.683
Estaduais		278	320
Municipais		27.404	23.496
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		51.436	9.869
Aluguéis		4.094	2.640
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos e juros sobre capital próprio	17.4 e 17.5	127.236	154.365
Lucros retidos do exercício		52.011	33.665
		402.612	355.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Paraná, n.º 2435, Bairro Navegantes, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 14 de fevereiro de 2049, a exploração das Rodovia de Integração do Sul, composto pelas rodovias BR-101, BR-290, BR-386, BR-448 no estado do Rio Grande do Sul, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), sendo responsável pela administração de 473,4 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2019 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A Companhia foi constituída em 21 de novembro de 2018 e iniciou suas operações em 15 de fevereiro de 2019.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início nas praças da BR-290 em 15 de fevereiro de 2019, na mesma data da assunção da concessão, e nas praças da BR-101 e BR-386 em 9 de fevereiro de 2020, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados “trabalhos iniciais”, conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de fevereiro.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão no contrato de concessão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia inclui o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1. Outras informações relevantes - Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questão dos contratos de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questão do contrato de concessão.



Tais processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 29 de fevereiro de 2024, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.



Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3.8. Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*): principais premissas utilizadas na determinação de valor e as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas notas explicativas:

- 7.1. **Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 8.2. **Impostos diferidos:** valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;
- 11. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
- 15.1. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
- 16. **Provisão de manutenção:** estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa; e
- 20. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Moeda estrangeira

Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.



3.2. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração de cada contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 18.

3.3. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.



Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao



valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério, se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativo financeiro a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.



A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação.



3.6. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.7. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados
São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.
- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item 3.15.
Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.



3.8. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.



Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego do projeto de infraestrutura detida, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.10. Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.



3.11. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.12. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento



quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

3.14. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

3.15. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01- R1 / IFRIC 12)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.



Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física.

Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

3.16. Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado do Rio Grande do Sul e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

3.17. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) da controladora e consolidado nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.18. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023:



- CPC 50/IFRS 17 – Contratos de seguros;
- Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 26 (IAS 1) e IFRS Practice Statement 2;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12).

3.19. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CCR:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 (IAS 1);
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06 (IFRS 16);
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26 (IAS 1); e
- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7.

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e



- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxas de câmbio;
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 9, 13, 14 e 20.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.º 6, 9, 13, 14 e 20.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos (a)	12.884	12.857	15.618	18.600	297.600
Fornecedores e outras obrigações	125.041	2.496	18	164	553
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	48.005	-	-	-	-
Obrigações com o Poder Concedente	1.138	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa e bancos	12.016	19.762
Aplicações financeiras (a)	435.384	181.846
Total	447.400	201.608

Aplicações financeiras	2023	2022
Circulante	319.353	222
Aplicações financeiras (a)	315.865	53
Conta reserva (b)	3.488	169
Não circulante	15.541	-
Conta reserva (b)	15.541	-
Total	334.894	222

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 103,32% do CDI, equivalente a 13,54% a.a., em 31 de dezembro de 2023 (102,39 % do CDI, equivalente a 12,73% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2022).

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e

(b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a financiamentos (nota explicativa n.º 13).

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber líquidas

	2023	2022
Circulante	33.262	23.251
Contas a receber das operações (a)	33.262	23.251
Total	33.262	23.251



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão.

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2023	2022
Creditos a vencer	33.262	23.251
Total bruto de provisão para perda esperada	33.262	23.251

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	230.038	241.580
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(78.213)	(82.137)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Juros sobre capital próprio	25.794	27.284
Incentivos (cultural, artístico e desporto) relativos ao imposto de renda	2.682	2.132
Despesas indedutíveis	(886)	(653)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(193)	(201)
Outros ajustes tributários	25	25
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(50.791)	(53.550)
Impostos correntes	(59.902)	(54.734)
Impostos diferidos	9.111	1.184
Alíquota efetiva do imposto	22,08%	22,17%

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2023	2022
Imposto de renda e a contribuição social diferidos		
Ativo	23.435	9.076
Provisão de manutenção	19.159	6.777
Provisão para participação nos resultados (PLR)	3.055	1.340
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	706	340
Arrendamento	106	104
Programa de gratificação de longo prazo	197	368
Outros	212	147
Compensação de imposto ativo	(8.393)	(3.145)
Impostos ativos após a compensação	15.042	5.931
Passivo	(8.393)	(3.145)
Custo de transação de empréstimos	(6.706)	(3.145)
Capitalização de juros	(1.687)	-
Compensação de imposto passivo	8.393	3.145
Impostos passivos após compensação	-	-
Imposto diferido líquido ativo	15.042	5.931
Movimentação do imposto diferido	2023	2022
Saldos em 1º de janeiro	5.931	4.747
Reconhecimento no resultado	9.111	1.184
Saldos em 31 de dezembro	15.042	5.931

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas.

Saldos	2023				2022			
	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	-	39	564.846	564.885	-	12	90.429	90.441
Bancos conta movimento	-	-	562.148	562.148	-	-	11	11
Aplicações financeiras	-	-	10	10	-	-	88.372	88.372
Contas a receber	-	39	2.678	2.717	-	12	2.023	2.035
Outros créditos	-	-	10	10	-	-	23	23
Passivo	64.486	45.013	2.992	112.491	17.908	19.383	52	37.343
Fornecedores e contas a pagar	-	45.013	2.992	48.005	-	19.383	52	19.435
Juros sobre capital próprio	64.486	-	-	64.486	17.908	-	-	17.908

Transações	2023			2022		
	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - serviços de transporte de valores	-	(1.033)	(1.033)	-	(183)	(183)
Custos / despesas - serviços prestados - CSC	-	-	-	(1.624)	-	(1.624)
Custos / despesas - doações	-	(1.137)	(1.137)	-	(2.069)	(2.069)
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(203)	(203)	-	(95)	(95)
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	(72)	(72)	-	-	-
Custos / despesas - material de informática	-	(4)	(4)	-	-	-
Despesas de prestação de garantias em emissões de dívidas	(4.210)	-	(4.210)	(521)	-	(521)
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(7)	(7)	-	(1)	(1)
Imobilizado/intangível	-	-	-	819	-	819
Receita de venda de ativo imobilizado	-	348	348	-	-	-
Receitas de aplicações financeiras	-	19.524	19.524	-	3.345	3.345
Repasso de custos e despesas - CSC (*)	(37.734)	-	(37.734)	(20.430)	-	(20.430)
Repasso de custos e despesas de colaboradores	(104)	248	144	(81)	(313)	(394)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 15.314 referente aos repasses de custos e despesas com a controladora indireta CCR S.A.

9.1. Profissionais-chave da administração

Despesas com profissionais-chave

	2023	2022
Remuneração (a)	(203)	3.228
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	-	1.455
Outros benefícios:		
Provisão para remuneração variável do ano	-	1.000
(Reversão)/ Complemento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (b)	(203)	722
Previdência privada	-	49
Seguro de vida	-	2

Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração

	2023	2022
Remuneração dos administradores (a)	-	1.113

- (a) Em 31 de dezembro de 2023, não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos de outras partes relacionadas do Grupo CCR. Em 31 de dezembro de 2022, contempla o valor de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria; e
- (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram efetuados pagamentos de provisão de PPR no montante de R\$ 797.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 12 de abril de 2023, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo salário, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

9.2. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas

Taxas remuneração - garantias	2023	2022
1,20% a.a.	(4.210)	(521)
Total	(4.210)	(521)

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado						
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos operacionais	Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	1.149	16.840	6.901	44.892	69.782	45.168	114.950
Adições	(135)	(3.055)	(3.429)	(5.425)	(12.044)	22.594	10.550
Baixas	(1)	(10)	(88)	-	(99)	(11)	(110)
Transferências	4	3.587	561	8.597	12.749	(13.173)	(424)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.017	17.362	3.945	48.064	70.388	54.578	124.966
Custo	1.348	22.400	14.427	57.325	95.500	54.578	150.078
Depreciação acumulada	(331)	(5.038)	(10.482)	(9.261)	(25.112)	-	(25.112)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.017	17.362	3.945	48.064	70.388	54.578	124.966
Adições	-	-	-	-	-	36.008	36.008
Baixas	-	(6)	(330)	-	(336)	-	(336)
Transferências	67	1.629	66	10.914	12.676	(12.676)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	148	-	-	148	-	148
Depreciação	(141)	(3.404)	(2.599)	(6.543)	(12.687)	-	(12.687)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	943	15.729	1.082	52.435	70.189	77.910	148.099
Custo	1.415	24.166	12.911	68.239	106.731	77.910	184.641
Depreciação acumulada	(472)	(8.437)	(11.829)	(15.804)	(36.542)	-	(36.542)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	943	15.729	1.082	52.435	70.189	77.910	148.099
Taxa média anual de depreciação % Em 31 de dezembro de 2023	10	12	21	10			

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível					Infraestrutura em construção	Total do intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação			
Saldo em 1º de janeiro de 2022	616.942	1.036	522	618.500	213.496	831.996	
Adições	-	-	4.037	4.037	429.330	433.367	
Transferências	108.383	1.683	(1.259)	108.807	(108.383)	424	
Amortização	(16.290)	(390)	-	(16.680)	-	(16.680)	
Outros	(3)	-	-	(3)	(2.393)	(2.396)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	709.032	2.329	3.300	714.661	532.050	1.246.711	
Custo	744.357	2.956	3.300	750.613	532.050	1.282.663	
Amortização acumulada	(35.325)	(627)	-	(35.952)	-	(35.952)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	709.032	2.329	3.300	714.661	532.050	1.246.711	
Adições	-	-	3.982	3.982	525.811	529.793	
Transferências	322.312	184	(184)	322.312	(322.312)	-	
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(148)	(148)	-	(148)	
Amortização	(24.194)	(621)	-	(24.815)	-	(24.815)	
Outros	-	-	-	-	(36)	(36)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.007.150	1.892	6.950	1.015.992	735.513	1.751.505	
Custo	1.066.669	3.140	6.950	1.076.759	735.513	1.812.272	
Amortização acumulada	(59.519)	(1.248)	-	(60.767)	-	(60.767)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.007.150	1.892	6.950	1.015.992	735.513	1.751.505	
Taxa média anual de amortização % Em 31 de dezembro de 2023	(a)	20					

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 4.955 em 31 de dezembro de 2023. A taxa média de capitalização no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de 0,92% a.a. (custo dos financiamentos dividido pelo saldo médio de financiamentos).

Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2023, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Principais obras	724.055
Duplicação da BR-386 entre o km 324+100 e km 340+400	269.092
Implantação de faixas adicionais e vias marginais	185.454
Restauração de pavimento da rodovia	137.802
Implantação de passarelas, dispositivos de segurança e de sinalizações	76.228
1ª Intervenção das Obras de Arte Especiais	55.479

12. Fornecedores

	2023	2022
Circulante	124.394	70.905
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	86.869	50.700
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	32	174
Cauções e retenções contratuais (b)	37.493	20.031
Não circulante	3.231	5.909
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	3.231	-
Cauções e retenções contratuais (b)	-	5.909
Total geral	127.625	76.814

- (a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13. Financiamento

Instituições financeiras	Taxas contratuais (% a.a.)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2023	2022
BNDES (Subcrédito A - 1º desembolso)	IPCA + 4,598216 a.a.	5,1913% (a)	Dezembro de 2043	4.902	4.512	97.239	71.330 (b) (c) (d)
BNDES (Subcrédito B - 1º desembolso)	IPCA + 4,598216 a.a.	5,3949% (a)	Dezembro de 2043	4.501	4.067	74.063	92.338 (b) (c) (d)
BNDES (Subcrédito B - 2º desembolso)	IPCA + 4,598216 a.a.	5,9391% (a)	Dezembro de 2043	5.336	5.052	46.991	- (b) (c) (d)
				Total	13.631	218.293	163.668

	2023	2022
Circulante	1.825	845
Empréstimos e financiamentos	2.855	1.506
Custos de transação	(1.030)	(661)
Não Circulante	216.468	162.823
Empréstimos e financiamentos	229.069	171.404
Custos de transação	(12.601)	(8.581)
Total geral	218.293	163.668

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Operações com mais de uma série/tranche estão apresentadas pela taxa média ponderada;

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantias:

- (b) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis
- (c) Garantia real; e
- (d) 100% aval/ fiança corporativa da Controladora indireta CCR S.A. não remunerado.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2023
2025	2.567
2026	5.566
2027	8.911
2028	9.238
2029 em diante	202.787
(-) Custo de transação	(12.601)
Total	216.468

A Controladora indireta CCR, até o completion total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Em relação à Companhia, esta deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES.

Não há quebra de *covenants* relacionados aos financiamentos.

14. Debêntures

Séries	Taxas contratuais (% a.a.)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2023
1ª Emissão - Série única	IPCA + 6,70 a.a.	6,6695% (a)	Outubro de 2048	6.263	6.089	915.924 (b) (c) (d)
				Total	6.089	915.924

	2023
Circulante	13.187
Debêntures	14.127
Custos de transação	(940)
Não Circulante	902.737
Debêntures	907.886
Custos de transação	(5.149)
Total geral	915.924

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;

Garantias:

- (b) Alienação fiduciária;



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios; e
(d) Fiança corporativa da CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2023
2025	4.539
2026	9.078
2027	9.079
2028	18.158
2029 em diante	867.032
(-) Custo de transação	(5.149)
Total	902.737

A Companhia possui contrato financeiro, como debêntures, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelece vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado do referido contrato. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

15. Riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

15.1. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis	Trabalhistas e previdenciários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	46	99	145
Constituição	6.847	669	7.516
Reversão	(12)	-	(12)
Pagamentos	(6.496)	(577)	(7.073)
Atualização de bases processuais e monetária	11	15	26
Saldo em 31 de dezembro de 2023	396	206	602

15.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2023	2022
Cíveis e administrativos	1.129	493
Trabalhistas e previdenciárias	1.200	63
Total	2.329	556



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão de manutenção

	Não Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2022	19.933
Constituição	33.628
Ajuste a valor presente	2.788
Saldo em 31 de dezembro de 2023	56.349

As taxas nos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022, para o cálculo do valor presente, são de 9,24% a.a. e 9,64% a.a., respectivamente.

17. Patrimônio Líquido

17.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.188.456, representado por 1.188.456.196 de ações ordinárias.

17.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

17.3. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária.

17.4. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76).

Em 12 de abril de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 48.421, correspondentes a R\$ 0,040742772150 por ação, à totalidade do saldo da conta de dividendo adicional proposto em 31 de dezembro de 2022, pagos em 23 de outubro de 2023.

Em 23 de outubro de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 51.370, correspondentes a R\$ 0,043225228550 por ação, à totalidade do saldo da conta de dividendo adicional proposto em 31 de dezembro de 2022, pagos na mesma data.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2023, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023
Lucro líquido do exercício	179.247
(-) Constituição de reserva legal	(8.962)
Lucro líquido ajustado	170.285
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	42.571
Total de juros sobre capital próprio aprovados (líquidos de IRRF)	64.486
Total de dividendos intermediários aprovados e pagos	51.370
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	115.856

Em 31 de dezembro de 2023, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios devido a aprovação de dividendos intermediários pagos e juros sobre capital próprio a pagar.

17.5. Juros sobre capital próprio

Em 23 de outubro de 2023, foi aprovado em Ata de Assembleia Extraordinária (AGE), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 75.866, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 64.486, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 11.380, a serem pagos quando oportuno.

17.6. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação:

	2023	2022
Numerador		
Lucro líquido	179.247	188.030
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	1.188.456.196	1.188.456.196
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,15082	0,15821

18. Receitas operacionais líquidas

	2023	2022
Receita bruta	1.050.542	903.069
Receitas de pedágio	547.683	470.194
Receitas de construção (ICPC01 R1)	502.608	432.620
Receitas acessórias	251	255
Deduções das receitas brutas	(47.521)	(40.815)
Impostos sobre receitas	(47.398)	(40.700)
Abatimentos	(123)	(115)
Receita operacional líquida	1.003.021	862.254

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas financeiras	(46.700)	(9.930)
Juros sobre financiamento e debêntures	(25.209)	(1.793)
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	(18.041)	(883)
Despesas de prestação de garantias em emissões de dívidas	(4.210)	(521)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(2.788)	(1.408)
Capitalização de custo dos empréstimos	4.955	-
Ajuste a valor presente - arrendamentos	(338)	(143)
Perda de operações com derivativos	-	(4.039)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(3)	(12)
Taxas e outras despesas financeiras	(1.066)	(1.131)
Receitas financeiras	35.768	28.585
Rendimento sobre aplicações financeiras	35.651	28.197
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	1	3
Juros e outras receitas financeiras	116	385
Resultado financeiro líquido	(10.932)	18.655

20. Instrumentos financeiros

20.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2023	2022
Ativo	Nível	818.273	227.116
Valor justo através do resultado		782.294	201.830
Caixa e bancos	Nível 2	12.016	19.762
Aplicações financeiras	Nível 2	751.249	181.899
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	19.029	169
Custo amortizado		35.979	25.286
Contas a receber das operações		33.262	23.251
Contas a receber de partes relacionadas		2.717	2.035
Passivo	Nível	(460.194)	(279.601)
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		(460.194)	(279.601)
Debêntures (a)	Nível 2	(915.924)	-
Financiamentos em moeda nacional (a)	Nível 2	(218.293)	(163.668)
Fornecedores e outras obrigações		(128.272)	(77.514)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(48.005)	(19.435)
Juros sobre capital próprio a pagar		(64.486)	(17.908)
Obrigações com o Poder Concedente		(1.138)	(1.076)
Total		358.079	(52.485)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.



Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2023	
	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	922.014	1.134.063

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de um componente de risco de crédito.

20.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

20.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos, debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2024, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
IPC-A	1.153.937	(116.455)	(130.341)	(144.225)
Efeitos sobre financiamentos e debêntures		(116.455)	(130.341)	(144.225)
ODI	774.939	28.691	35.673	42.583
Efeitos sobre aplicações financeiras		28.691	35.673	42.583
Total do efeito líquido de ganhos / (perdas)		(87.764)	(94.668)	(101.642)

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :	ODI ⁽²⁾	11,6500%	14,5625%	17,4750%
	IPC-A ⁽³⁾	4,6200%	5,7750%	6,9300%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo;

Nos itens (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Taxa de 31/12/2023, divulgada pela B3;

(3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e, também não consideram os saldos de juros em 31/12/2023, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão:

	2023	2022
Compromisso de investimento	4.537.920	4.826.811

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

22. Demonstrações dos fluxos de caixa

22.1. Transações que não afetam o caixa

As transações que não afetaram caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2023	2022
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	67.726	19.723
Fornecedores	67.726	19.723
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(67.726)	(19.723)
Adições ao ativo intangível	(67.726)	(19.723)

22.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Financiamento e debêntures	Passivo de arrendamento	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	Total
Saldo inicial	(163.668)	(4.366)	(17.908)	(185.942)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(927.299)	1.878	117.699	(807.722)
Captação de financiamento e debêntures	(938.401)	-	-	(938.401)
Pagamento de principal e juros	11.102	1.878	-	12.980
Dividendos pagos	-	-	117.699	117.699
Outras variações que não afetam o caixa	(43.250)	(338)	(164.277)	(207.865)
Reversão do ajuste a valor presente	-	(338)	-	(338)
Despesa com juros e variação monetária	(43.250)	-	-	(43.250)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	(164.277)	(164.277)
Saldo final	(1.134.217)	(2.826)	(64.486)	(1.201.529)



Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Pedro Paulo Archer Sutter	Membro efetivo
Roberto Penna Chaves Neto	Membro efetivo

Composição da Diretoria

Fausto Camilotti	Diretor Presidente e de RI
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor
Angelo Luiz Lodi	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0 S/RS

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS INTEGRADAS DO SUL S.A.

CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00

NIRE 43300062627

Companhia Aberta

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Srs. Acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 27, §1º, inciso IV da Resolução CVM 80, apresentamos a V.Sas. para análise e posterior aprovação na Assembleia, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2024, no valor de R\$ 875.532.158,58 (Oitocentos e setenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e dois mil, cento e cinquenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de fevereiro de 2024.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 875.532.158,58

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia em 2024	R\$ 875.532.158,58
---	--------------------

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2023	R\$ 67.311.349,84
--	-------------------

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$ 808.220.808,74
--	--------------------

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2024.

Documento assinado eletronicamente por
Eduardo Siqueira Moraes Camargo
Assinado por EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO 1481959813
CPF: 1481959813
DataHora da Assinatura: 29/02/2024 18:44:16 BRT
O: CCR Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Emissor: AC VALIO RFB v1

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SR. EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
Presidente do Conselho de Administração

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Kpmg Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido no dia 29 de fevereiro de 2024, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Porto Alegre/RS, 29 de fevereiro de 2024.

DocuSigned by:
Fausto Camilotti
Assinado por: FAUSTO CAMILOTTI 23854202610
CPF: 23854202610
Data/Hora da Assinatura: 01/03/2024 | 16:59:47 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Emissor: AC VALD RFB v5
ICP
3334032622614C4

FAUSTO CAMILOTTI
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

DocuSigned by:
Eduardo Siqueira Moraes Camargo
Assinado por: EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO 1481959813
CPF: 1481959813
Data/Hora da Assinatura: 29/02/2024 | 18:43:31 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Emissor: AC VALD RFB v5
ICP
3334032622614C4

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
DIRETOR

DocuSigned by:
Angelo Luiz Lodi
Assinado por: ANGELO LUIZ LODI 6950300600
CPF: 6950300600
Data/Hora da Assinatura: 01/03/2024 | 10:10:28 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Emissor: AC VALD RFB v5
ICP
10096C5E458412

ANGELO LUIZ LODI
DIRETOR